

O empresário português no Rio de Janeiro: a construção de um estatuto social e económico nas primeiras décadas do séc. XX

Alda Mourão

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra;
Instituto Politécnico de Leiria

O estudo propõe-se analisar a forma como os imigrantes portugueses atuaram para se tornarem parte integrante da sociedade brasileira, no geral, e do Rio de Janeiro, em particular, nas primeiras décadas do século XX. Para tal, foi dado o lugar central a um grupo específico, que intervinha diretamente na vida económica da então capital do Brasil: os empresários.

A investigação que tem vindo a ser realizada procurou cruzar fontes de informação provenientes do acervo duma associação empresarial portuguesa, a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, de publicações de autores portugueses, realizadas no Rio de Janeiro, para além de textos e imagens oficiais, produzidos quer em Portugal, quer no Brasil, entre 1911 e 1929. Recorremos à obra “monumental” produzida para “representar na Exposição Ibero-americana de Sevilha, em 1929, a ação e a importância dos portugueses que vivem no Brasil”, como reza a abertura do *Álbum da Colónia Portuguesa do Brasil*. Utilizamos, ainda, discursos presidenciais e publicações periódicas, compreendidos dentro do período cronológico. Na realidade, procurou-se produzir conhecimento com base em elementos que jaziam separados.

Imigrante português no Rio de Janeiro/ Imigração e lusofobia

O significado numérico e qualitativo da imigração portuguesa para o Brasil tem sido objeto de estudo de autores portugueses e brasileiros, que nos dispensa de enumerar¹.

Desde o primeiro censo realizado no Brasil, em 1872, passamos a ter dados mais rigorosos, apesar da emigração clandestina não passar por este filtro. Sabemos que o pico da emigração portuguesa para o Brasil ocorreu entre 1911 e 1914 (ANEXO 1), correspondendo aos primeiros anos da nossa I República que, nos seus primeiros 10 anos de vida, no período de 1910 a 1919, Portugal perdeu um total de 318.481 pessoas, que foram registados como entrados no Brasil. Seguiu-se uma década de entrada e na década de 30 iniciou uma redução significativa dos valores da imigração, não só de portugueses e nem só para o Brasil. Na realidade, a partir do ano de 1929, a emigração abrandou em todas as partes do mundo.

A cidade do Rio de Janeiro desde sempre recebera o maior contingente de imigrantes vindos de Portugal. Não nos alongaremos a descortinar o significado do título do texto de Hélio de Araújo Evangelista, *Rio de Janeiro uma cidade portuguesa concerteza: uma proposta para manter a característica lusitana da cidade*². Usando dados da Junta do Comércio, Wagner Chagas de Menezes, num estudo sobre o pequeno comércio no centro do Rio de Janeiro, de 1998, concluiu que os portugueses eram aí proprietários de 40 a 46% dos pequenos estabelecimentos comerciais, entre 1889 e 1903³. Depois desta data, e nas primeiras décadas de Novecentos, a situação não se alterou significativamente: uma fonte citada por Eulália Lobo aponta 85% como o espaço ocupado pelo comércio português no Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 1923⁴.

Os números da imigração portuguesa não foram suficientes para contrariar a natural lusofobia decorrente do estatuto de antigo colonizador. A esta condição, outras características se associavam para alimentar esse malquerer.

O passado comum legara uma situação, alvo de descontentamento: no Rio de Janeiro, os portugueses eram apontados como senhores do monopólio de algumas das áreas de comércio entre os conterrâneos, como o da venda de bens alimentares, de bebidas (“secos e molhados”), de tecidos, de padarias, restaurantes, casas de crédito. Acresce, a tudo isto, o facto de, em 1912, “[os portugueses] eram os principais supridores de géneros alimentícios básicos, tais como feijão, bacalhau, azeites, vinhos, vegetais e milho, bem como de tecidos da manufactura portuguesa e matéria-prima” (Lobo, 2001:33). Era visto como um grupo coeso, só consumidor

¹ Ana Sílvia Scott, em “As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)”, de 2000, faz uma resenha dos estudos realizados sobre o tema imigração portuguesa, até então, referindo razões que explicam essa ausência, culminando com a falta de “rasto” provocadas pelas redes de parentesco.

² EVANGELISTA, Hélio de Araújo (2008), *Rio de Janeiro uma cidade portuguesa concerteza: uma proposta para manter a característica lusitana da cidade*, Rio de Janeiro, E-Papers.

³ Wagner Chagas de Menezes, *Costurando os retalhos: configuração e cotidiano do pequeno comércio de espaço central da cidade do Rio de Janeiro*, tese doutoramento, UFF, 1998, pp. 79-81.

⁴ António Torres, jornalista, citado por Eulália Lobo (2001: 35). Em 1929, a população da cidade do Rio de Janeiro estimava-se em 1,4 milhão de pessoas e a colónia portuguesa representava 19% dos habitantes do Distrito Federal, como refere Teresa Marques, *O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945: os bancos Boavista e Português do Brasil – um estudo de estratégias empresariais.*, p.102.

dos artigos de importação portuguesa, com trabalho garantido pelos “patrícios”, que tudo amealhava para enviar as poupanças para a terra natal, por pretender regressar a ela, quando enriquecido. Tratava-se de uma pequena pátria dentro de uma outra maior, que era usada para melhorar as condições de vida e depois se abandonava. Tudo isto contribuiu para alimentar a construção do estereótipo do português de tamancos, analfabeto e sem civilização. Referimo-nos aos "Cabras" e "Pés-de-Chumbo"⁵.

No sentido de procurar dignificar a comunidade imigrante, ao mesmo tempo que a informava e lhe alimentava a autoestima, desde finais do séc. XIX que se ofereciam publicações imigrantistas. O público leitor, alfabetizado, correspondia a uma fatia da colónia que foi crescendo, transformando-se numa burguesia comercial, local, que tendia a melhorar o seu estatuto empresarial⁶.

Acresce que o Brasil se encontrava, então, num processo de desenvolvimento urbano, principalmente evidente nas cidades costeiras. Era o tempo das grandes obras que criavam as infraestruturas para um Brasil que queria aproximar-se do mundo civilizado, sobre a herança do atraso em que a colonização portuguesa o deixara.

O Rio de Janeiro ansiava pela modernização, através dos modelos que chegavam de uma Europa, cujos símbolos do progresso e da civilização eram a Inglaterra e a França.

Criação da CPCI

O grupo de portugueses que está na origem deste estudo não se enquadra completamente no perfil do imigrante sobejamente referenciado. Começou por aportar ao Rio de Janeiro, desde final do séc. XIX, trazendo capital financeiro e cultural. Chegaram com o objetivo de investir, de abrir um negócio. Muitos deles eram oriundos de setores da burguesia comercial e financeira portuguesa, que aqui encontraram condições para investir em iniciativas empresariais⁷. Eram senhores de espírito empreendedor, como hoje diríamos. De entre eles, surgiu, a partir de 1908, um grupo de empresários que se organizou para fundar uma associação de classe: a Câmara de Comércio e Indústria (CPCI). Esta foi criada, por Decreto, em 16 de Setembro de 1911, mas as condições de criação surgiram no dia 10 de Agosto de 1912, numa sessão solene que marcou o início das suas atividades. Até este momento, tinham organizado uma lista de 273 sócios fundadores, que cobriam todas as áreas de comércio da cidade, representando desde o pequeno até ao grande comerciante.⁸ Esta diferenciação poder

⁵ Cfr. RIBEIRO, Gladys Sabina. "Cabras" e "Pés-de-Chumbo": os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Mestrado, Depto de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1987.

⁶ Sobre a temática de publicações portuguesas no Rio de Janeiro, vd. Carla Mary da Silva Oliveira, *Saudades d'além mar: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista Lusitania (1929-1934)*, universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.

⁷ Sobre a participação de setores da burguesia portuguesa, Eulália Lobo utiliza a biografia de António Dias Leite.

⁸ A lista referida é um documento manuscrito, que tem como título “Nomes e moradas dos sócios da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria”. Aí foram organizados alfabeticamente.

justificar a ausência de mais de metade destes assinantes à sessão solene de instalação, que ocorreu na Associação Comercial do Rio de Janeiro⁹, que prestara grande apoio à iniciativa.

A ideia de “câmara de comércio”, criado nos finais do século XIX pela legislação portuguesa, integrada no Código Civil de 1870 e regulamentada por Decreto de 9 de Maio de 1891, surgiu na sequência óbvia de modelos internacionais, com incubação no interior das Associações Comerciais de maior dimensão, como a de Lisboa ou a do Porto. Do outro lado do Atlântico, os empresários de origem portuguesa organizaram-se, no sentido de criarem uma estrutura semelhante, num movimento que se iniciou no Rio de Janeiro. O significado do momento da sua criação ganha maior relevo porque antecipou as suas congéneres estrangeiras, na praça do Rio de Janeiro.

Todo o esforço desenvolvido para a criação da Câmara congregou uma elite de portugueses que tinham deixado o país na fase final da monarquia, muitos dos quais seus opositores. Encontraram a concretização do ideal republicano no outro lado do Atlântico, no Brasil. Quando a República foi proclamada em Portugal, em 5 de Outubro de 1910, o grupo conseguiu os apoios necessários para que uma associação empresarial representante dos interesses de comerciantes e industriais imigrantes, no Rio de Janeiro, se tornasse realidade.

Desde o primeiro momento da sua existência, foi inquestionável a grande intervenção do governo de Lisboa na vida da nova associação, logo evidenciada pelo grande apoio recebido da jovem República Portuguesa, que enviou Bernardino Machado ao Rio de Janeiro, para acompanhar o lançamento da CPCI. Foi ele o dinamizador da primeira sessão do Conselho Director, que teve lugar no dia 26 de Outubro de 1912¹⁰.

Os objetivos que pautavam a vida da Câmara passavam por: “defender e promover as relações comerciais e industriais entre Portugal e o Brasil; representar e defender os interesses das classes que a compõem”, era definido que ela estava “em relações com o Governo Português, diretamente com todos os ministérios e, indiretamente, por meio das autoridades diplomáticas e consulares”. Isto é, a relação com o poder central e com os seus representantes era muito clara.

Para além de uma associação económica, a CPCI combinou a prática filantrópica e social, juntando-se aos esforços desenvolvidos por outras instituições lusas, criadas com a finalidade de apoiar os portugueses menos beneficiados pelo sonho dourado representado pelo Brasil. Tinha como finalidade zelar pelos interesses dos associados e das relações económicas dos dois países, mas também era procurada pelos associados por representar o prolongamento do território natal.

⁹ Com o título “Lista de presenças `sessão de instalação” foi passada folha de assinatura de presença, onde constam 115 nomes.

¹⁰ Sobre esta presença, o *Relatório acrescenta*: “ Sua Excelência não se limitou apenas a instalar a nossa Câmara. Amparou-a por assim dizer nos seus primeiros passos vacilantes. Espontaneamente se instituiu seu mentor, guiando-a nos menores actos. Deu-lhe vitalidade e elevou-a no conceito das sociedades congéneres da metrópole”. In *Relatório do Conselho Director apresentado à Assembleia-geral em sessão de 27 de Janeiro de 1916. Gerência de 10 de Agosto de 1912 a 31 de Dezembro de 1915*, p.15.

A CPCI assumiu, do lado de cá do Atlântico, o papel de representante oficial do país, figurando sempre, através dos seus dirigentes, ao lado da representação diplomática do governo português, por exemplo aquando da chegada de uma qualquer personalidade de vulto, ao Rio de Janeiro: cônsules, embaixadores, ministros, chefes de Estado.

A ligação ao poder esteve sempre presente ao longo da vida da CPCI.

O ambiente ideológico ficou claramente expresso nos primeiros anos de vida da Câmara. No seu interior foram sentidas as perturbações políticas e sociais vividas em Portugal, mas também no Brasil. Os períodos de crise como a entrada de Portugal na I Guerra, o embargo aos produtos alemães, os conflitos operários vividos no Rio de Janeiro, após este conflito, o ambiente que envolveu o centenário da independência, tal como os movimentos que conduziram ao final da I República, em Portugal, e ao da República Velha, no Brasil, refletiram-se nas relações estabelecidas entre dirigentes e associados.

Na realidade, a CPCI era uma estrutura politicamente comprometida com Portugal, dependente das relações com Lisboa, mas também sensível às alterações que se registaram no Brasil. Integrava forças vivas da vida económica que representavam interesses em conflito no mundo do trabalho¹¹. Afinal, como lembra Gladys Ribeiro, “os imigrantes lusos eram maioria entre os empregados do comércio, assim como entre os empregadores”¹².

A forma como pugnou pelo bom nome da colónia está bem patente na participação em eventos de carácter nacional, quer de Portugal, quer do Brasil. Até final da década de 1920, podemos afirmar que respondeu sempre à chamada, quando se tratava de dignificar o país. Assim aconteceu nas diferentes exposições de produtos portugueses, na receção às grandes personalidades que atravessavam o Atlântico, como Bernardino Machado ou, mais tarde, o presidente da República, António José de Almeida, ou os aviadores Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Promoveu, entre os seus associados, a participação e a divulgação de publicações, como os periódicos ou, em 1929, a obra que representava a Colónia Portuguesa no Brasil, na grande exposição de Sevilha. De entre as 944 firmas do Rio de Janeiro que se fizeram representar nesta obra, de carácter nacional e patriótico, 213 eram, simultaneamente, membros da CPCI, representando cerca de 22,6% daquele total. O número atingido, por certo estava aquém do desejável, mas o contexto económico que antecedia a crise de 1929, pode ajudar a explicar a dificuldade em custear ambas as iniciativas.

Atividades económicas

Não constituiu surpresa verificar que o sector comercial dominava o quadro social da associação, atingindo o valor de 73,9%, relativamente ao total dos sócios, desde a sua origem, até final do ano de 1929. Este mesmo domínio esteve presente no *Álbum da Colónia*

¹¹ Sobre a intervenção de imigrantes portugueses no movimento operário, após Novembro de 1918, vide trabalhos de Francisco Carlos Martinho, de Gladys Sabina Ribeiro.

¹² Para 1829 adianta o valor de 71,4% dos empregadores dos imigrantes portugueses eram seus parentes. Cfr. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro: Relume – Dumará/FAPERJ, 2002.

Portuguesa, em que, de entre as 944 firmas participantes, 621 (65,8%) dedicavam-se ao comércio. Sobre a Indústria, diremos que os 108 sócios da CPCI eram portadores de uma tradição, que Eulália Lobo (2001: 31-34) refere para algumas das cidades mais importantes do Brasil. A autora identifica a produção de bens alimentares e de tecidos, como estando maioritariamente em mãos lusas, ainda no período em estudo. Não procuraram a Câmara Portuguesa na dimensão esperada, não tendo ultrapassado os 11,4% de presença, no conjunto dos associados. De entre as firmas presentes no *Álbum da Colónia Portuguesa*, mantinha-se esta mesma posição, atingindo as indústrias 10,5% do total. Isto é, os imigrantes empresários portugueses mantinham, no final da década de 20, uma forte presença no comércio da cidade do Rio de Janeiro, que dominava claramente os investimentos realizados.

O comércio na, então, capital do Estado brasileiro, apresentava-se a ocupar uma diversificada gama de estabelecimentos, desde os mais especializados em livros, joias, perfumes, tabaco, tapetes, louças, artigos em couro, chapéus, calçado, camisas, até, exatamente, aos que apresentavam múltipla oferta. Mas estava-se, claramente, num mercado de características urbanas, que tendia para a especialização da oferta. Mas continuava a verificar-se, ainda, o convívio entre estas formas de comércio inovadoras com outras mais tradicionais e arcaicas: num mesmo espaço conviviam os mais distintos produtos, sob a máxima negocial da oferta ser tão diversa quanto a procura. Destacamos, entre muitos exemplos possíveis, J. Bento Pinto que, em 1917, associava vidros, papéis pintados e uma componente de sapataria, na Avenida do Uruguai, em Niterói; ou Raul Campos & C^a que, no centro do Rio de Janeiro, na Rua dos Ourives, oferecia móveis de vime, tapeçarias, calçados e artigos de aperto, 10 anos depois, em 1927. Entre as firmas comerciais que marcaram presença na realização do *Álbum da Colónia*, pontuaram as que se abriam à venda de fazendas, muitas vezes associadas a armarinho, chapéus e roupa confeccionada. No setor da alimentação, os portugueses dominavam a oferta de produtos de padaria, abrindo-se a uma procura mais sofisticada de artigos de confeitaria. Bares e estabelecimentos de venda de “secos e molhados” constituíam uma outra área fortemente dominada pelos portugueses. O refinamento do cliente citadino encontrava resposta nas sapatarias, camisarias, drogarias, papelarias, joalharias, lojas de ferragens... Afinal, os cerca de 2000 empreendimentos de origem portuguesa que se distribuíram entre a CPCI e os anunciados no *Álbum da Colónia* confirmam o domínio em algumas áreas de negócio, que se consolidaram entre os anos de 1916 e 1929. Anunciava-se o desenvolvimento de novas iniciativas, fortemente influenciadas pelas atividades de comissões e consignações, tirando partido das relações bilaterais, facilitadoras das trocas comerciais.

A quase totalidade dos estabelecimentos comerciais geridos por portugueses, operava no Centro da cidade. Mantinha-se o princípio da organização do comércio em torno de estabelecimentos instalados em locais de acesso facilitado às populações, pela tradição, pelas características da malha urbana (plana, densamente ocupada e a irradiar para todas as zonas da cidade). As redes de relacionamento criadas entre os imigrantes empresários por certo funcionavam para auxiliar o encontro de espaços comerciais, promovendo a vizinhança entre os patrícios.

As Ruas da Carioca, Uruguiana, Quitanda, Acre; Alfândega, Ourives, Ouvidor, 1º de Março, constituíam, tal como ainda hoje, um grande centro comercial a céu aberto. A escolha

de outras zonas da cidade, para iniciarem a descentralização, criando outros centros comerciais, foi um movimento que, apesar de pequena dimensão, se apresentou logo no primeiro dos anos em que temos o registo de sócios da Câmara. Tal movimento para as periferias, não significou uma procura de espaço para uma atividade mais especializada ou para uma diferente forma de intervir no mercado, como começámos por supor. Todas as iniciativas empresariais, apresentadas pelos portugueses que se tornavam sócios da CPCI, apresentavam características similares, em qualquer dos lugares onde surgiam instaladas. No final dos anos 20, através do *Álbum da Colónia*, os comerciantes portugueses continuavam a ocupar os estabelecimentos do centro da cidade, a zona nobre e de excelência para a atividade.

Beneficiando da facilidade de intervir no mercado exportador português, o negócio desenvolvido através de agências de representações e consignações, ou mais claramente de importação/exportação, foi muito representativo, na composição da CPCI: apresentaram-se 120 “agentes”, entre 1916 e 1930, correspondendo a 12,7% do corpo social. Ocupavam o 1º andar dos prédios que, ao nível da rua, se abriam a outro estabelecimento. Também as agências preferiram o centro do Rio de Janeiro, até para possibilitar o relacionamento com os restantes comerciantes. Era ali o coração da vida económica da cidade.

Do lado de lá, em Portugal, a partir de 1920, e num movimento de adesão que vai ser mais significativo depois de 1930, deparamos com a necessidade de defender atividades de exportação para o Brasil, através de uma estrutura associativa como a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, do Rio de Janeiro. A área da exportação será a que mais frequentemente irá acionar a figura do *Sócio Correspondente*, prevista desde os primeiros Estatutos. Não são exclusivamente os vinhos que estão em causa, presentes através da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal. Aliás, será mesmo a única empresa portuguesa do setor a entrar na associação, já em 1930, iniciando um caminho que outras empresas vinícolas também irão percorrer. Para uma sociedade urbana, em expansão económica, tornava-se igualmente interessante a presença de ourives nacionais, com capacidade para colocarem os seus produtos além-mar. Tratou-se das firmas de Reis Filho, Lda. e de Celestino da Mota Mesquita, de Celorico de Basto, que entram como sócios correspondentes, pela mão de um mesmo proponente, já instalado no comércio carioca. O mesmo se regista, para facilitar a circulação de conservas, fabricadas em Matosinhos, quando a firma Lopes Coelho Dias & Cª se associa, também, como correspondente, em 1921. No período em apreço, pode-se demonstrar que as empresas portuguesas, face a este baixo número de adesões, não tinham ainda procurado criar uma situação mais estável, num mercado longínquo, mas com grande apetência pelos produtos portugueses. Daí a presença numerosa de “agentes” locais, que promoviam a ponte entre os mercados dos dois lados do Atlântico.

Neste conjunto de associados, a profissão de “comerciante”, que identificou um número tão considerável de sócios, cobria, diferentes patamares de intervenção e de posicionamento no mercado. Isto é, a mesma designação era aplicada a realidades empresariais completamente distintas. Aqui residiu o motivo que conduziu a momentos de tensão, nomeadamente os registados em 1920, quando foi lançada pela direção a campanha da construção de uma sede, que deveria contar com contributos dos sócios. Tal não se verificou pela discordância de uma parte que reagiu negativamente, alegando falta de espaço adequado para o exercício das suas próprias atividades.

O *Álbum da Colónia* apresentou informação relativa ao modelo empresarial das firmas em presença, nomeadamente no que respeita ao capital e ao quadro social. As empresas portuguesas do Rio de Janeiro, para além de terem sido fundadas com o escalão mais baixo de capital em 50,1% das ocorrências, situado em valores entre 100 e 200 mil contos, apresentavam composição societária diversificada, desde um único proprietário, até sociedades que iam até aos 11 elementos. Ficou demonstrado que o modelo preferencial tinha como matriz a pequena sociedade, cuja dimensão se situava preferencialmente entre 2 e 3 sócios, com um número de casos que representavam 44,6% e 34,5%, respetivamente, qualquer que fosse o setor económico considerado. Não se verificava uma relação imediata entre o capital social investido e o número de sócios que constituíam o empreendimento. Na verdade os escalões mais elevados de capital, situados entre 2000 e 5000 mil contos, distribuíram-se pelo leque que ia dos 2 aos 11 sócios.

Era notória a diversidade das firmas detidas por portugueses na praça do Rio de Janeiro, quanto à dimensão do quadro social e ao capital investido.

Interesses dos empresários portugueses no Rio de Janeiro

Ao longo dos primeiros anos de vida da CPCI, foi notória a intenção, por parte dos seus dirigentes, de mostrar a imagem de um novo país e de um novo regime, à sociedade carioca. Entre os seus associados contavam-se as principais firmas e os empresários mais ilustres de toda a comunidade imigrante. Do seu seio surgiu, em 1918, uma instituição bancária de e para portugueses, o Banco Português do Brasil¹³. De alguma forma, é com alguma estranheza que hoje verificamos a permanência do sentimento de alguma hostilidade para com os portugueses, no Rio de Janeiro, até ao final da década de 20. Os 1058 associados registados até 1930, para além da diversidade de estatuto, representavam um valor muito baixo no conjunto da colónia portuguesa. No entanto, o prestígio alcançado por muitos deles, bem como por muitas das instituições criadas na cidade, deveriam apontar para uma outra forma de integração. Assim não aconteceu, fruto de uma política de emigração pouco zelosa, do lado português, e de alguma saturação do próprio mercado de trabalho, entre outros fatores.

Para além da presença prolongada de Bernardino Machado, em 1912, que colaborou no lançamento das bases da nova associação, como Ministro Plenipotenciário, dez anos volvidos e o então presidente da república, António José de Almeida, participou nas cerimónias do primeiro centenário da Independência do Brasil¹⁴. Isto é, ao mais alto nível, a República

¹³ Sobre esta instituição, vide Teresa Cristina de Novaes Marques, *O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945: os bancos Boavista e Português do Brasil – um estudo de estratégias empresariais*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

¹⁴ Esta viagem foi objeto de um estudo de António Pedro Vicente, de 3001, a que se seguiram outros trabalhos desenvolvidos no âmbito de mestrados, referidos por Luis Reis Torgal, “ Duas repúblicas portuguesas no Brasil. Em 1922 António José de Almeida e António Ferro”, in A. Mourão e A. C. Gomes, *A experiência Republicana de Portugal e do Brasil*, ebook, FGV, 2011.

Da agenda do PR constou uma sessão no Real Gabinete Português de Leitura do RJ, onde foi recebido pela colónia portuguesa, tendo sido nomeado presidente honorário.

Portuguesa apresentou-se ao povo brasileiro e aos portugueses, tal como em 1910, no preciso momento da revolução de Outubro, Lisboa recebera o Presidente eleito, Marechal Hermes da Fonseca, e em 1919 Epiácio Pessoa. Estes momentos foram aproveitados para simbolicamente lembrar a vivência comum dos dois países, que voltavam a encontrar-se ancorados num regime a que não podia ser imputada a colonização de um sobre o outro, mas que se ligavam, nas palavras de Luis Reis Torgal, numa “federação sentimental”¹⁵. Mais do que isso, se lembrarmos o discurso proferido por António José de Almeida, na sessão extraordinária do Congresso, em honra de Epiácio Pessoa, em 1919, ao atribuir ao Brasil o papel de inspirador de Portugal: à revolução republicana brasileira, em 1889, os portugueses tinham reagido com a primeira tentativa de derrubar a monarquia, em 1891. Aspiração que só viria a concretizar-se cerca de 20 anos mais tarde, em 1910. António José de Almeida quase previa a evolução que as duas primeiras experiências republicanas viriam a sofrer, nos finais da década de 1920.

O ano de 1922, para além da participação da colónia portuguesa nas festividades comemorativas da independência do Brasil, num período político de instabilidade quer para o Brasil, quer para Portugal¹⁶, os dois países foram ligados através da primeira travessia aérea do Atlântico Sul, ligando Lisboa ao Rio de Janeiro. A receção aos aviadores Sacadura Cabral e Gago Coutinho¹⁷ congregou todas as forças vivas da cidade, com destaque para a representação do governo de Lisboa, a que se associou a direção da CPCI. De forma bem mais discreta, dera-se também nesse ano de 1922, a fundação da Companhia Colonial de Navegação. Parecia ter chegado a final feliz a velha aspiração de todos os imigrantes portugueses, no geral, e, em particular da CPCI que desde o seu nascimento pugnara por uma carreira que facilitasse o transporte de pessoas e de bens entre os dois países. Infelizmente, o tempo dos navios portugueses para o Brasil ainda não chegara.

O envolvimento da comunidade portuguesa nas comemorações do centenário da independência do Brasil passou pela presença na exposição realizada, no Rio Janeiro, considerada por alguns historiadores como “o maior evento republicano do início do séc. XX”¹⁸. Portugal teve Pavilhão de Honra, sendo o único país instalado dentro da área da Nação brasileira, da autoria do arquiteto Cotinelli Telmo. Não deslustrou o brilho das festividades.

As publicações portuguesas editadas no Brasil constituíram uma outra via de dar coesão e identidade à colónia, preservar a memória cultural, bem como divulgar as realizações feitas no Rio de Janeiro, as vidas de sucesso. Jornais e revistas dirigiam-se ao público leitor, de origem portuguesa, que se revia nas notícias e nas fotografias publicadas. Destacamos a ação de

¹⁵ Idem.

¹⁶ Lembramos o abalo sofrido no prestígio do governo de Epiácio Pessoa, ocorrido em julho de 1922, aquando do levante do exército contra o governo, que resultou na Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana; bem como toda a violência política ocorrida em Lisboa, em Outubro de 1921, quando foram assassinados o chefe do governo da altura, António Granjo, assim como Machado dos Santos e Carlos da Maia. Nomeou 16 governos durante o seu mandato.

¹⁷ A viagem tinha-se a 30 de Março e concluiu-se no dia 19 de Abril, pilotando o avião Lusitânia.

¹⁸ Cfr. Thais Rezende de Sant’Ana, *A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro, nos inícios dos anos 20*, disponível na Biblioteca Digital da UNICAMP.

Teófilo Carinhas, jornalista português que foi responsável por algumas das publicações mais importantes do período cronológico aqui estudado, como a revista *Portugal Ilustrado* e o *Jornal Português*; foi ainda o responsável pelo *Álbum da Colónia Portuguesa*, referido ao longo do texto, para além da revista Lusitania, publicada entre 1929 e 1934¹⁹.

Em Portugal, a importância do mercado brasileiro conduziu à publicação da *Revista Comercial Portuguesa*, cujo 1º número deu à estampa em Janeiro de 1928. De iniciativa particular, apresentava-se como o “Órgão oficial dos exportadores portugueses para o Brasil”, pretendia ter periodicidade semestral, o que só veio a acontecer com o seu nº 2, pois os seguintes não cumpriram esta intenção. Pretendia “fazer propaganda comercial e económica do país”. Do outro lado do Atlântico os empresários reforçavam o seu posicionamento no mercado brasileiro, estabelecendo as pontes para mais facilmente colocar e receber produtos com origem em ambos os países. O formato da nova revista obedecia ao plano editorial das suas congéneres publicadas nos Brasil, por portugueses, nomeadamente o *Boletim da CPCI do Rio de Janeiro*. O momento não foi o mais favorável, traduzindo-se na interrupção da *Revista Comercial Portuguesa* por 2 anos. Politicamente Portugal encontrava-se numa fase de transição para o Estado Novo e as diretrizes sobre as relações económicas com o Brasil não eram claras.

Em Conclusão....

A partilha do passado comum, do regime político, da língua e da religião não foram suficientes para permitir a integração da numerosa comunidade imigrante portuguesa no Rio de Janeiro, durante as primeiras décadas do séc. XX. O que promoveu a necessidade de dignificar a sua imagem, face à sociedade de acolhimento.

A tarefa de dar visibilidade e notoriedade ao contributo da colónia portuguesa no desenvolvimento do Rio de Janeiro e do Brasil, em geral, foi tarefa, nos inícios do século XX, desenvolvida em conjunto por diferentes instâncias, em que incluímos os empresários lusos, a CPCI, as associações, a imprensa imigrantista, os responsáveis políticos de Portugal e mesmo do Brasil. Através de discursos inflamados dos dirigentes sobre a relação de irmãos ou de mãe/filho de ambos os países, pareceu apontar para a menor responsabilidade do regime republicano sobre o passado colonizador²⁰. Argumento, sem dúvida, apaziguador da relação entre os povos. Por outro lado, ao conquistar a independência, Portugal, como país colonizador, entregara ao Brasil o “território intacto”, como lembrou A. J. de Almeida no discurso proferido no Palácio do Catete, em Setembro de 1922²¹.

¹⁹ Vide Carla Oliveira, op.cit. Sobre a sua ação para o *Álbum da Colónia Portuguesa*, o Editorial da revista Portugal Ilustrado, de Setembro de 1928, escrevia: “Criando a ‘Portugal Ilustrado’, ligando-se ao ‘Jornal Português’, que sob a direção competente, firme e abnegada de Eugénio Martins, há dez anos honra o nosso jornalismo na América do Sul e dando vida ao ‘Almanaque Português’, com um simples e mais que admirável ‘faça-se’, da sua inteligência e da sua vontade, Teófilo Carinhas presta, não só à colónia portuguesa, mas a Portugal, um altíssimo serviço que não deve ficar no esquecimento.”

²⁰ Lembramos os discursos dos PR Epiácio Pessoa e A. José de Almeida, aquando das comemorações do centenário da independência.

²¹ Cfr. Luis Reis Torgal, op.cit.

Ao concluir, interessa identificar um conjunto de informações que nos foi possível mobilizar e que fomos reconhecendo, ao longo do texto. Alguma da informação contida no *Álbum da Colónia Portuguesa no Brasil* complementou a que o acervo da CPCI revelara. Nomeadamente a que sugere a capacidade mobilizadora dos empresários, no final da década de 1920, no sentido de patrocinarem uma obra de divulgação da realidade vivida pelos imigrantes portugueses nas duas principais cidades do país, Rio de Janeiro e São Paulo, os principais polos de acolhimento. O “retrato” foi muito favorável, sem que fosse olvidada a carência de parte desta população, beneficiária dum conjunto de instituições de solidariedade, criadas para prestar auxílio aos mais desfavorecidos. O *glamour* de um novo estilo de vida foi o ângulo mais repetido, porque a obra era dirigida não somente aos visitantes do Pavilhão de Portugal, na Exposição de Sevilha, mas também à sociedade brasileira e à própria colónia, que deveria rever-se no status e na grandeza da ação portuguesa na economia do Brasil. A obra mostrava, principalmente, o lado do sucesso da imigração. Permitiu, ainda, chegar a informação muito importante, no que respeita à caracterização das empresas de origem portuguesa: foi publicada informação sobre a dimensão das sociedades e, principalmente, o capital social que apresentavam. Cruzando esta informação com a que foi gerada pela CPCI, foi notório o lugar de destaque e de liderança assumidos por algumas firmas, traduzidos em notícias individualizadas, fotografias e publicidade. Este mesmo protagonismo era assumido na vida da associação, passando frequentemente pela direção da mesma.

A dimensão do investimento realizado, revelou um novo desafio, para o qual procuramos uma resposta: o de saber qual foi verdadeiramente o papel desenvolvido pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, do Rio de Janeiro, no sentido de contrariar alguma resistência, por parte de alguns sectores da sociedade carioca, ao longo da sua vida centenária. Como alguns historiadores já evidenciaram, o estudo das instituições fundadas por portugueses permitem conhecer novos contornos da imigração no Brasil²². Deverá ser analisada a forma como a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro se relacionou com o poder, ou melhor, com os poderes. Quais as estratégias para ocupar o lugar de liderança na condução dos interesses económicos da colónia portuguesa, e dos associados, em particular? Quais as práticas de relacionamento com o governo português, até aos anos mais recentes?

Finalmente, não podemos deixar de registar a perceção de que a influência ideológica dos acontecimentos que ocorriam em Portugal nas primeiras décadas de Novecentos parece ter sido sentida na comunidade imigrante em tempos diferentes. Assim aconteceu com a cisão provocada pelo posicionamento de Portugal face à entrada na I Grande Guerra, cujos efeitos foram notórios, ao nível das direções da CPCI, em 1918; por sua vez, a queda da I República, em 1926, manifestou-se após 1929, com a alteração do discurso oficial da CPCI.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes. 1994. *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto.

²² Ver estudos de Ana Scott, a título de exemplo.

- ARROTEIA, J.C. *Atlas da emigração portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração, Centro de Estudos, 1985.
- BASSANEZI, Maria Silvia C.B., *Imigrações Internacionais no Brasil, um panorama histórico*. NEPO/UNICAMP
- COSTA, A.G.da.- Uma "Fundação Portugal" no Brasil. In *Lusitano/jornal dos portugueses residentes no estrangeiro*, Lisboa, 11 nov. 2000.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. -Imigração e educação: os portugueses em São Paulo no início do século XX. *Cadernos CERU*, 2(12), 2002, 161-169.
- FISS, R.L.R.de S.B. *Aspectos gerais e história das empresas de pessoas de origem portuguesa, em Pelotas, na Década de 1980*. Pelotas, 1988 (mimeografado).
- FISS, Regina Lucia Reis de Sá Britto – “A imigração portuguesa e as associações como forma de manutenção da identidade lusitana – sul do Brasil”
- LEITE, J. Costa, O Brasil e a Emigração Portuguesa, 1855-1914. In: FAUSTO, B. (Ed.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 8 (Suplemento), 1974.
- LOBO, Eulália - *Imigração Portuguesa no Brasil*, Editora HUCITEC, S. Paulo, 2001.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. -A população do Brasil em perspectiva histórica. In *Brasil: História Econômica e Demográfica*, edited by I. D. N. d. Costa. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945: os bancos Boavista e Português do Brasil – um estudo de estratégias empresariais*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- MATOS, Maria Izilda Santos. - Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho São Paulo 1890-1930. In *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, edited by M. B. N. Silva, M. I. Baganha, M. J. Maranhão and M. H. Pereira. Lisboa: Fragmentos, 1993.
- MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes -“Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX: um estudo exploratório de gênero”, *Niterói*, v. 9, n. 1, p. 69-88, 2º sem. 2008, pp.69-88.
- MENEZES, Lená Medeiros de-. Bastidores: um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional* 10 (2):03-16, 1997.
- MOURÃO, Alda – “A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro: uma associação empresarial da Primeira República” in MOURÃO, Alda e GOMES, Ângela de Castro, *A experiência da I República no Brasil e em Portugal*, ebook, FGV, pp. 403-428, 2011.

NETO, F.. *A Migração Portuguesa Vivida e Representada – Contribuição para o Estudo dos Projectos Migratórios* – Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Série Migrações, 1986.

OLIVEIRA, Carla Mary da Silva, *Saudades d'além mar: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista Lusitania (1929-1934)*, universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.

PEREIRA, M. H. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: A regra do jogo, 1981.

RIBEIRO, Gladys Sabina. "Cabras" e "Pés-de-Chumbo": os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Mestrado, Depto de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1987.

RIBEIRO, Gladys Sabina *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro: Relume –Dumará/FAPERJ, 2002.

RODRIGUES, O.A. *Imigração Portuguesa no Brasil*. Memorial do Imigrante/Museu da Imigração. São Paulo, 1996.

ROWLAND, Robert. - Velhos e Novos Brasis. In *História da Expansão Portuguesa*, edited by F. Bethencourt and K. Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

SCOTT, Ana Silvia Volpi -“As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930) ”

SILVA, Fernando Teixeira da.- Imigração Portuguesa e Movimento Operário no Brasil. Fontes e Arquivos de Lisboa. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional* 10 (2):97-108, 1997.

SILVA, M^a Beatriz Nizza – *Documentos para a história da emigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*, Editorial Nórdica, Rio de Janeiro, 1992,

SILVA, Maria Beatriz Nizza. - “Uma lacuna na historiografia Luso-Brasileira: a imigração portuguesa no Brasil”. Paper read at III Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, at São Paulo, 1984.

TORGAL, Luís Reis - “Duas “Repúblicas” portuguesas no Brasil, em 1922: António José de Almeida e António Ferro”, in MOURÃO, Alda e GOMES, Ângela de Castro, *A experiência da I República no Brasil e em Portugal*, ebook, FGV, pp. 25-54, 2011.

A Sustentabilidade do Endividamento Externo Brasileiro no Período 1963-72: uma análise empírica

Eduardo F. Bastian

Professor adjunto, Instituto de Economia

Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ)

eduardobastian@ie.ufrj.br

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo analisar o grau de vulnerabilidade externa a que estava sujeita a economia brasileira no momento em que se iniciou o governo presidencialista de João Goulart (1963-64). Para tanto, utiliza-se um modelo simples que permite avaliar o grau de solvência externa de um país ao longo do tempo a partir de projeções para o indicador Passivo Externo Líquido sobre Exportações de Bens e Serviços. As projeções para o período 1963-72 sinalizam que o país estava em uma situação de vulnerabilidade externa naquele momento, mas que esta condição poderia ser contornada através de uma taxa adequada de crescimento das exportações de bens e serviços. Os resultados foram contrastados com o comportamento efetivo da economia brasileira no período 1963-72, podendo-se perceber que, de fato, o forte crescimento das exportações de bens e serviços neste período reduziu o grau de vulnerabilidade externa do país.

Palavras-chave: passivo externo líquido; exportações; vulnerabilidade externa.

Classificação JEL: N16; F32; F34.

Abstract:

This article analyzes Brazil's external vulnerability at the beginning of João Goulart's presidentialist government (1963-64) through an indicator based on the ratio net external liabilities and goods and services exports. The estimations of this indicator's behavior from 1963 to 1972 show that Brazil was externally vulnerable in the year 1963, but show also that this scenario could be reversed if the goods and services exports grow at a certain rate. In this sense, the comparison of the estimations with the actual facts show that indeed the fast exports growth through the years 1963-72 helped the Brazilian economy to overcome the external vulnerability threat.

Key Words: net external liabilities; exports; external vulnerability.

JEL Classification: N16; F32; F34.